



FENPROF – Federação Nacional dos Professores

Excelentíssimos Senhores:

Primeiro-Ministro
Ministro da Presidência
Ministro da Educação, Ciência e Inovação
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
Ministro de Estado e das Finanças
Ministro da Economia e da Coesão Territorial
Ministra da Saúde
Ministra da Justiça
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Ministro-adjunto e da Reforma do Estado
Ministra do Ambiente e Energia
Ministra da Administração Interna
Ministro da Defesa Nacional
Ministro da Agricultura e Mar
Ministra da Cultura, Juventude e Desporto
Ministro das Infraestruturas e Habitação
Ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
Ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
À Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado
Ao Centro Português de Fundações
À Fundação Calouste Gulbenkian
À Fundação Champalimaud
À União das Misericórdias Portuguesas
À União das Mutualidades Portuguesas
À Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
À Confederação Nacional de Educação e Formação
À Ensemble - Associação Portuguesa de Instituições de Ensino Artístico Especializado
À Casa Pia de Lisboa
À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
À Cruz Vermelha Portuguesa
Às Câmaras Municipais
Às Juntas de Freguesia

PRÉ-AVISO DE GREVE NACIONAL DE PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES

DAS ZERO HORAS ÀS VINTE E QUATRO HORAS DE 17 DE ABRIL DE 2026

Os/as Professores/as, os/as Educadores/as e os/as Investigadores/as, que também sofrem com o desmesurado aumento do custo de vida, designadamente pelo reflexo nos custos dos transportes e da habitação, estão plenamente identificados com os objetivos da luta que a CGTP-IN tem vindo a desenvolver, como o voltam a estar com os já anunciados para a **Manifestação Nacional** convocada para o próximo dia **17 de abril**, em Lisboa, a realizar sob o lema **“Abaixo o Pacote Laboral! Aumentar salários,**

garantir direitos, é possível uma vida melhor”.

Assim, e também porque a ação do governo não responde às necessidades e reivindicações trabalhadores em geral, como dos docentes e investigadores, acentuando-se a política de desresponsabilização do Estado e de degradação das condições de vida e de trabalho, na área da Educação, bem como na Ciência, exige-se uma alteração deste rumo de desvalorização e de adiamento do investimento tão necessário e urgente.

Assim, os/as Professores/as, os/as Educadores/as e os/as Investigadores/as lutam por:

- Aumento geral e significativo dos salários e pensões;
- Carreiras dignas e valorizadas;
- Valorização da Escola Pública;
- Defesa e reforço dos demais Serviços Públicos e das funções sociais do Estado;
- Medidas estruturais que permitam enfrentar a escassez de docentes que sucessivos governos deixaram instalar-se e agravar-se;
- Horários e condições de trabalho justos e legais;
- Avaliação do desempenho justa e sem barreiras artificiais à progressão;
- Resolução da precariedade laboral, que continua a ser endémica em setores como o da investigação;
- Aposentação justa e em tempo útil;
- Derrotar o “Pacote Laboral” e melhorar o Código do Trabalho existente, que já inclui na atualidade previsões muito gravosas para os trabalhadores e dispensa, claro, medidas que representariam um retrocesso social e até civilizacional.

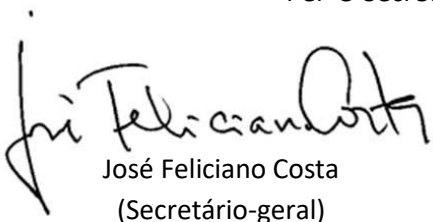
Pelos motivos acima expressos, e apenas com o objetivo de permitir a participação dos trabalhadores que representa na Manifestação Nacional que se realizará em Lisboa, quando os mesmos possam não ter outro modo de o fazer, a FENPROF decidiu convocar greve nacional de professores, educadores e investigadores para o dia **17 de abril de 2026, entre as zero e as 24 horas**, incidindo sobre todo o serviço distribuído nesse dia. Os docentes e investigadores que adiram à greve não terão de comunicar previamente, nem em qualquer outro momento, a qualquer entidade a sua decisão.

Este pré-aviso respeita o disposto no artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa, os termos do artigo 530.º e seguintes do Código do Trabalho e também os artigos 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Este pré-aviso abrange todos os Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Ensino Superior e os Investigadores que exercem a sua atividade em serviços públicos, privados ou de natureza social em todo o território nacional, independentemente da natureza ou do tipo de vínculo.

Não há necessidade, nem lugar, à fixação de serviços mínimos.

Lisboa, 1 de abril de 2026

Pel’ O Secretariado Nacional da FENPROF


José Feliciano Costa
(Secretário-geral)


Francisco Gonçalves
(Secretário-geral)